

Projeto de Lei da Câmara nº 165, de 2017

Autoria: Câmara dos Deputados**Iniciativa:** Deputado Federal Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG)**Ementa:**

Institui o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.870, de 15 de abril de 1994, 9.528, de 10 de dezembro de 1997, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 10.522, de 19 de julho de 2002, 9.456, de 25 de abril de 1997, 13.001, de 20 de junho de 2014, 8.427, de 27 de maio de 1992, e 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e dá outras providências.

Explicação da Ementa:

Cria programa de regularização de débitos tributários de contribuições previdenciárias do empregador rural pessoa física ou pessoa jurídica vencidos até 30 de agosto de 2017; e estabelece condições para o parcelamento dos débitos mencionados, com a isenção de 100% das multas e juros de mora e de eventuais honorários advocatícios.

Assunto: Política Social - Previdência Social**Data de Leitura:** 13/12/2017**Tramitação encerrada****Decisão:** Aprovada pelo Plenário**Último local:** -**Destino:** À sanção**Último estado:** 10/01/2018 - TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA COM VETO PARCIAL**Matérias Relacionadas:**

Requerimento nº 1089 de 2017

Veto nº 00008 de 2018

Despacho:**13/12/2017 (Despacho inicial)**

null

Análise

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(SF-CRA) Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Relatoria:**PLEN - (Plenário)****Relator(es):**

Senador Valdir Raupp (encerrado em 14/12/2017 - Parecer de Plenário)

TRAMITAÇÃO**24/04/2018** SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício CN nº 230, de 24/04/18, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando, para os devidos fins, o incluso autógrafo das partes vetadas do Projeto de Lei da Câmara nº 165/17 (PL nº 9.206, de 2017, nessa Casa - Veto nº 8, de 2018), promulgadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e incorporadas à Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018 (fl. 263).

TRAMITAÇÃO

Ao Arquivo.

20/04/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhada à publicação a Mensagem nº 191, de 2018, na origem, pela qual o Senhor Presidente da República restituiu autógrafos do veto parcial rejeitado pelo Congresso Nacional, promulgado e convertido na Lei nº 13.606, de 2018. Será encaminhado um exemplar dos autógrafos à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 15 - DSF nº 50

Publicado no DSF Páginas 13 - DSF nº 50

19/04/2018 SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal

Ação: Encaminhado ao Plenário.

18/04/2018 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: À SLSF.

01/03/2018 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Juntadas as tramitações da matéria em ambas as Casas Legislativas, às fls. 127 a 133, à qual foi apostado o Veto nº 8/2018.

01/03/2018 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Juntado às fls. 125 e 126, documento s/nº 2018, de ex-prefeitos do Município de Mauriti/CE, acerca da matéria.

19/02/2018 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Ação: Juntado às fls. 121 a 124, Ofício nº 17/2017, do Sindicato Rural de Maringá, acerca da matéria.

10/01/2018 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA COM VETO PARCIAL

Ação: (PR) PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.
SANCIONADA. LEI 13606 DE 2018. (vetada parcialmente: vide MSG 27 de 2018).
DOU (Diário Oficial da União) - 10/01/2018 - Seção I - págs. 2 e 5.
Sancionada em 09/01/2018.

À SLCN.

18/12/2017 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: REMETIDA À SANÇÃO

Ação: Remetido Ofício SF n.º 1.468, de 18/12/17, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, encaminhando a Mensagem SF n.º 271/17, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto (fls. 85 a 111).

Remetido Ofício SF n.º 1.469, de 18/12/17, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial (fl. 112).

TRAMITAÇÃO

15/12/2017 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado (fls. 60 a 84).

14/12/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Apresentado em 14/12/2017 16:03

14/12/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: APROVADA

Ação: Aprovado o projeto.

À sanção.

DETALHAMENTO DA AÇÃO LEGISLATIVA

Encaminhado à publicação e aprovado o Requerimento nº 1089, de 2017, subscrito por líderes partidários, solicitando urgência para o projeto, com os votos contrários dos Senadores Randolfe Rodrigues e Reguffe.

Proferido pelo Senador Valdir Raupp o Parecer nº 249, de 2017-PLEN/SF, em substituição às CCJ e CRA, concluindo favoravelmente.

Discussão encerrada.

Aprovado o projeto, com os votos contrários do Senadores Paulo Rocha, Reguffe, Randolfe Rodrigues e Fátima Bezerra.

À sanção.

Publicado no DSF Páginas 41-52

13/12/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA

Ação: Incluído em ordem do dia da sessão deliberativa de 14.12.2017.

Discussão, em turno único.

Publicado no DSF Páginas 288-336

13/12/2017 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Ação: Encaminhado à publicação.

A matéria está incluída em Ordem do Dia de amanhã, pendente dos pareceres da CCJ e CRA.

Publicado no DSF Páginas 288-336

13/12/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Este processado contém 56 (cinquenta e seis) páginas numeradas.

Aguardando leitura.

Publicado no DSF Páginas 288-336

13/12/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Apresentado em 13/12/2017 12:26

Publicado no DSF Páginas 288-336

TRAMITAÇÃO

DOCUMENTOS

PLC 165/2017

Data: 13/12/2017

Autor: Câmara dos Deputados

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Institui o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.870, de 15 de abril de 1994, 9.528, de 10 de dezembro de 1997, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 10.522, de 19 de julho de 2002, 9.456, de 25 de abril de 1997, 13.001, de 20 de junho de 2014, 8.427, de 27 de maio de 1992, e 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e dá outras providências.

Avulso inicial da matéria

Data: 13/12/2017

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação.
A matéria está incluída em Ordem do Dia de amanhã, pendente dos pareceres da CCI e CRA.

RQS 1089/2017

Data: 14/12/2017

Autor: Líder do MDB Raimundo Lira (MDB/), Líder do PDT Acir Gurgacz (PDT/RO), Líder do PSDB Paulo Bauer (PSDB/SC), Líder do PSB Lídice da Mata (PSB/BA), Líder do CIDADANIA Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF), Líder do PROS Hélio José (PROS/), Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista Wilder Morais (PP/), Líder do PSD Omar Aziz (PSD/AM), Líder do PL Vicentinho Alves (PL/TO), Líder do REPUBLICANOS Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/), Líder do Bloco Moderador Wellington Fagundes (PL/MT), Líder do Governo Romero Jucá (MDB/RR), Senador Roberto Muniz (PP/BA)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Requer urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o PLC 165/2017.

Avulso de requerimento

Data: 14/12/2017

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Aprovado o projeto.
À sanção.
DETALHAMENTO DA AÇÃO LEGISLATIVA
Encaminhado à publicação e aprovado o Requerimento nº 1089, de 2017, subscrito por líderes partidários, solicitando urgência para o projeto, com os votos contrários dos Senadores Randolfe Rodrigues e Reguffe.
Proferido pelo Senador Valdir Raupp o Parecer nº 249, de 2017-PLEN/SF, em substituição às CCI e CRA, concluindo favoravelmente.
Discussão encerrada.
Aprovado o projeto, com os votos contrários do Senadores Paulo Rocha, Reguffe, Randolfe Rodrigues e Fátima Bezerra.
À sanção.

Descrição/Ementa: RQS 1089/2017

Avulso de parecer

Data: 14/12/2017

DOCUMENTOS

Autor: Senador Valdir Raupp (MDB/RO)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Aprovado o projeto.

À sanção.

DETALHAMENTO DA AÇÃO LEGISLATIVA

Encaminhado à publicação e aprovado o Requerimento nº 1089, de 2017, subscrito por líderes partidários, solicitando urgência para o projeto, com os votos contrários dos Senadores Randolfe Rodrigues e Reguffe.

Proferido pelo Senador Valdir Raupp o Parecer nº 249, de 2017-PLEN/SF, em substituição às CCJ e CRA, concluindo favoravelmente.

Discussão encerrada.

Aprovado o projeto, com os votos contrários do Senadores Paulo Rocha, Reguffe, Randolfe Rodrigues e Fátima Bezerra.

À sanção.

Descrição/Ementa: Parecer nº 249, de 2017-PLEN/SF, em substituição às CCJ e CRA

MPSF 271/2017

Data: 18/12/2017

Autor: Presidente do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício SF n.º 1.468, de 18/12/17, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, encaminhando a Mensagem SF n.º 271/17, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto (fls. 85 a 111).

Remetido Ofício SF n.º 1.469, de 18/12/17, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial (fl. 112).

Descrição/Ementa: Encaminha à Sanção o Projeto de Lei da Câmara nº 165, de 2017.

OFSF 1468/2017

Data: 18/12/2017

Autor: Primeiro-Secretário do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício SF n.º 1.468, de 18/12/17, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, encaminhando a Mensagem SF n.º 271/17, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto (fls. 85 a 111).

Remetido Ofício SF n.º 1.469, de 18/12/17, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial (fl. 112).

Descrição/Ementa: Encaminha a Mensagem nº 271, de 2017 (SF), do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 165, de 2017.

OFSF 1469/2017

Data: 18/12/2017

Autor: Primeiro-Secretário do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício SF n.º 1.468, de 18/12/17, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, encaminhando a Mensagem SF n.º 271/17, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto (fls. 85 a 111).

Remetido Ofício SF n.º 1.469, de 18/12/17, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial (fl. 112).

Descrição/Ementa: Comunica à Câmara dos Deputados o encaminhamento à Presidência da República do Projeto de Lei da Câmara nº 165, de 2017.

Mensagem

Data: 18/04/2018

Autor: Presidência da República

DOCUMENTOS

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Promulgação de veto aposto a Projeto de Lei.

OFCN 230/2018

Data: 20/04/2018

Autor: Primeiro-Secretário do Congresso Nacional

Local: null

Descrição/Ementa: Encaminha à Câmara dos Deputados autógrafos das partes vetadas do PLC nº 165/2017, cujo veto foi derrubado pelo Congresso Nacional, promulgadas pelo Presidente da República.

Autógrafo - PLC 165/2017

Data: 24/04/2018

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 230, de 24/04/18, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando, para os devidos fins, o incluso autógrafo das partes vetadas do Projeto de Lei da Câmara nº 165/17 (PL nº 9.206, de 2017, nessa Casa - Veto nº 8, de 2018), promulgadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e incorporadas à Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018 (fl. 263).

Ao Arquivo.

Descrição/Ementa: Institui o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.870, de 15 de abril de 1994, 9.528, de 10 de dezembro de 1997, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 10.522, de 19 de julho de 2002, 9.456, de 25 de abril de 1997, 13.001, de 20 de junho de 2014, 8.427, de 27 de maio de 1992, e 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e dá outras providências.